

Quando "hum príncipe se decide a atravessar o oceano"

Transformações na vida cultural do Rio de Janeiro durante o período joanino (1808-1821)

“Finalmente, há uma lenta, mas favorável revolução nas artes. O Brasil foi elevado à categoria de Reino (1815) e sentiu-se a necessidade de lhe dar algum esplendor; assumindo um aspecto completamente diferente do que na época em que era apenas uma colônia.” (1)

Sergio Willian de Castro Oliveira Filho*

Finda as Guerras Napoleônicas (1803-1815), alguns cidadãos franceses decidiram atravessar o Atlântico rumo ao Brasil. A famosa Missão Artística Francesa, que desembarcou no Rio de Janeiro em 1816, possuía entre seus membros pintores, escultores, escritores, desenhistas, arquitetos, gravadores, músicos, serralheiros, curtidores, dentre os quais, até hoje faz-se menção por haverem se destacado em seus misteres nomes como: Jean-Baptiste Debret, Joachim Lebreton e Auguste de Montigny.

Naquele mesmo ano, o Rio de Janeiro, então sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e morada do Rei Dom Joao VI há oito anos, também receberia o escritor e historiador parisiense Ferdinand Denis, que, apesar de não figurar como um dos membros da Missão Artística Francesa, ficaria no Brasil até o ano de 1821 e, posteriormente, se dedicaria a escrever obras sobre a história do Brasil.

O Museu Nacional no Campo da Aclamação (Campo de Santana), litografia de P. G. Bertichem
Fonte: BN Digital





Alegoria à vinda de Dom João, Príncipe Regente de Portugal para o Brasil ⁽²⁾

Fonte: BN Digital

A citação que abre o presente texto, de autoria de Denis, foi publicada em uma obra no ano de 1825, e nela o autor aborda aspectos que eram bastante recentes na história do Brasil, os quais vivenciara pessoalmente. O historiador francês apontava que a elevação do Brasil a Reino Unido, ocorrida em 1815, trouxera modificações substanciais na antiga colônia portuguesa, tendo havido a necessidade de dotar o Rio de Janeiro de um certo “esplendor”, diante de sua nova condição. Além disso, as artes tinham um papel de destaque nesse processo, em que, nas palavras do autor, passavam por uma verdadeira “revolução” no País.

Ora, todo esse contexto de transformações pelo qual passou o Brasil nos anos que precederam sua Independência só pode ser compreendido a partir da análise do Período Joanino (1808-1821), quando milhares de cortesãos, militares e funcionários públicos portugueses, assim como muitos de seus criados, atravessaram o Atlântico juntamente com a família real lusitana e fixaram residência na cidade do Rio de Janeiro.

A presença da Corte no Brasil inexoravelmente trouxe mudanças exponenciais no cotidiano da colônia, especialmente à cidade do Rio de Janeiro, que se transformou em sede do império ultramarino português por mais de uma década. Dentre as mudanças, gostaria de

ater-me àquilo que irei aqui denominar de transformações na “vida cultural”.

Robert Pechman assinalou que tal momento da história do Brasil constituiu-se como um “contraste fascinante”, na medida em que o Rio de Janeiro parecia:

“Uma ilha de brancos cercada de escravos por todos os lados e no centro dessa ilha uma corte com rei europeu e tudo. Que contraste fascinante! Uma corte numa cidade movida a braço escravo. (...)”

Deparei-me, então, com um fenômeno intrigante: o de uma corte numa colônia sem nenhuma cortesia e totalmente desconectada do circuito ocidental de civilização e civi-

lidade. Tratava-se de uma sociedade tangida pelo chicote do feitor e governada pelas ácidas, ásperas e truculentas Ordenações Filipinas que espremia seus membros entre a pena de morte e o exílio. Sobre tal realidade, o rei com sua corte estenderia um manto de veludo “enobrecendo” nossa crua rudeza colonial.” ⁽³⁾

O “manto de veludo” do rei estendido sobre alguns pontos da cidade do Rio de Janeiro visou justamente atenuar as imensas diferenças existentes entre a metrópole e a colônia no âmbito daquilo que se entendia como “civilização” ou a civilidade necessária a uma “Sociedade de Corte”, haja vista que milhares de pessoas, incluso nesse cômputo a própria família real, antes habitavam em uma Lisboa que lhes propiciava uma vida mundana repleta de espaços “civilizados” (teatros, óperas, jardins, museus, bibliotecas), e agora encontravam-se destituídos de tais benesses.

Consoante Juliana Meirelles:

“Por esse prisma, o que tem no Reino, necessariamente deve existir também na nova Corte, já que a residência do monarca tem que ser digna de sua persona. Cada uma dessas instituições compõe as imagens e símbolos do poder real, sendo diferentes expressões de uma mesma questão: a manutenção da integridade imperial pelo viés da formação pedagógica de bons súditos ilustrados.” ⁽⁴⁾

Desse modo, o espaço e as práticas na América portuguesa tiveram de sofrer substanciais modificações. A colônia que por séculos se viu privada, propositalmente em alguns casos, de determinados meios de difusão cultural, a partir da presença da família real passou a tê-los ou, ao menos, a sentir a necessidade de dar mais “cortesia” à cidade sede do Reino.

IMPRESA RÉGIA

A primeira medida nesse sentido foi a criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro por parte do Príncipe Regente. Existente desde o século 18 em Lisboa, a Imprensa Régia precisou ser instalada no Rio de Janeiro, na medida em que a Coroa necessitava de um órgão de imprensa para dar publicidade aos atos administrativos. Assim, em 13 de maio de 1808, dois meses após a chegada de Dom João ao Rio de Janeiro, a Imprensa Régia foi criada no Brasil, fazendo surgir o primeiro jornal editado na América Portuguesa, a ‘Gazeta do Rio de Janeiro’.

Este periódico começou a circular em 10 de setembro, e como dito anteriormente, tinha um caráter quase que oficial, restringindo-se a divulgar atos administrativos e notícias do interesse da família real. Não obstante, sua criação foi de fundamental importância para o desenvolvimento da imprensa no Brasil, redundando no decorrer das décadas do século 19, especialmente após a Independência do Brasil, no surgimento de centenas de periódicos por todo o território nacional.

Por mais que grande parte da população fosse iletrada, a circulação de periódicos no Brasil Joanino, como a ‘Gazeta do Rio de Janeiro’ ou o ‘Correio Braziliense’, este publicado em Londres e trazido clandestinamente ao Brasil, transformou as práticas locais de difusão de informações, na medida em que, muitas vezes, a leitura de periódicos se dava em ambientes públicos com um leitor que falava em voz alta aos demais. Em poucos anos, o cenário tipográfico brasileiro seria a arena dos embates políticos do Período Imperial.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

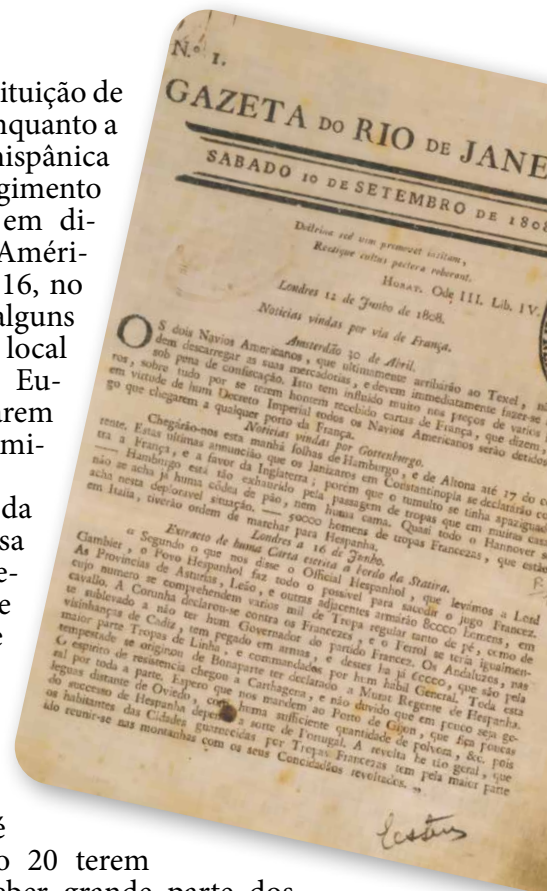
Diferente da América espanhola, até o século 19 o Brasil não contava

com nenhuma instituição de ensino superior. Enquanto a cultura colonial hispânica possibilitou o surgimento de universidades em diversos pontos da América desde o século 16, no caso do Brasil, alguns dos filhos da elite local eram enviados à Europa para realizarem seus estudos acadêmicos.

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil alterou em parte esse cenário. Apesar de as instituições de ensino superior na Europa, em especial as situadas em Coimbra e em Paris, até meados do século 20 terem

continuado a receber grande parte dos brasileiros que tinham condições financeiras e interesse em receber uma formação superior, a chegada da família real ao Brasil trouxe outra novidade: a instalação ou criação de instituições de ensino superior na Bahia e no Rio de Janeiro.

Faculdade de Medicina da Bahia, fundada em fevereiro de 1808



Primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 10 de setembro de 1808

Fonte: BN Digital

uma emigração de pessoas, mais do que isso, instituições foram transferidas integralmente ao Brasil. Dentre tais instituições que saíram de Lisboa e instalaram-se no Rio de Janeiro pode-se citar a Real Academia de Guardas-Marinha, órgão de formação dos oficiais da Marinha portuguesa com caráter de ensino superior e que permaneceu no Brasil mesmo após o retorno de Dom João VI a Portugal no ano de 1821, sendo hoje denominada de Escola Naval.

Cabe salientar que, além do pessoal e da estrutura administrativa, os navios que suspenderam de Lisboa rumo ao Brasil no fim de 1807 também trouxeram uma vasta quantidade de materiais, dentre os quais o acervo da Biblioteca da Real Academia de Guardas-Marinha. Grande parte desse acervo não mais retornou a Portugal e hoje encontra-se no Setor de Obras Raras da Biblioteca da Marinha do Brasil disponível ao acesso público na cidade do Rio de Janeiro.

Outra instituição de ensino superior institu-

ída no Período Joanino foi a Escola de Cirurgia da Bahia (futura Faculdade de Medicina da Bahia). Sediada na cidade de Salvador, a criação da nova instituição foi uma das primeiras medidas tomadas pelo Regente após a chegada no Brasil, tendo sido criada em 18 de fevereiro de 1808, poucos dias após a chegada da Corte à Salvador. Nove meses depois, uma Escola congênera seria criada no Rio de Janeiro.

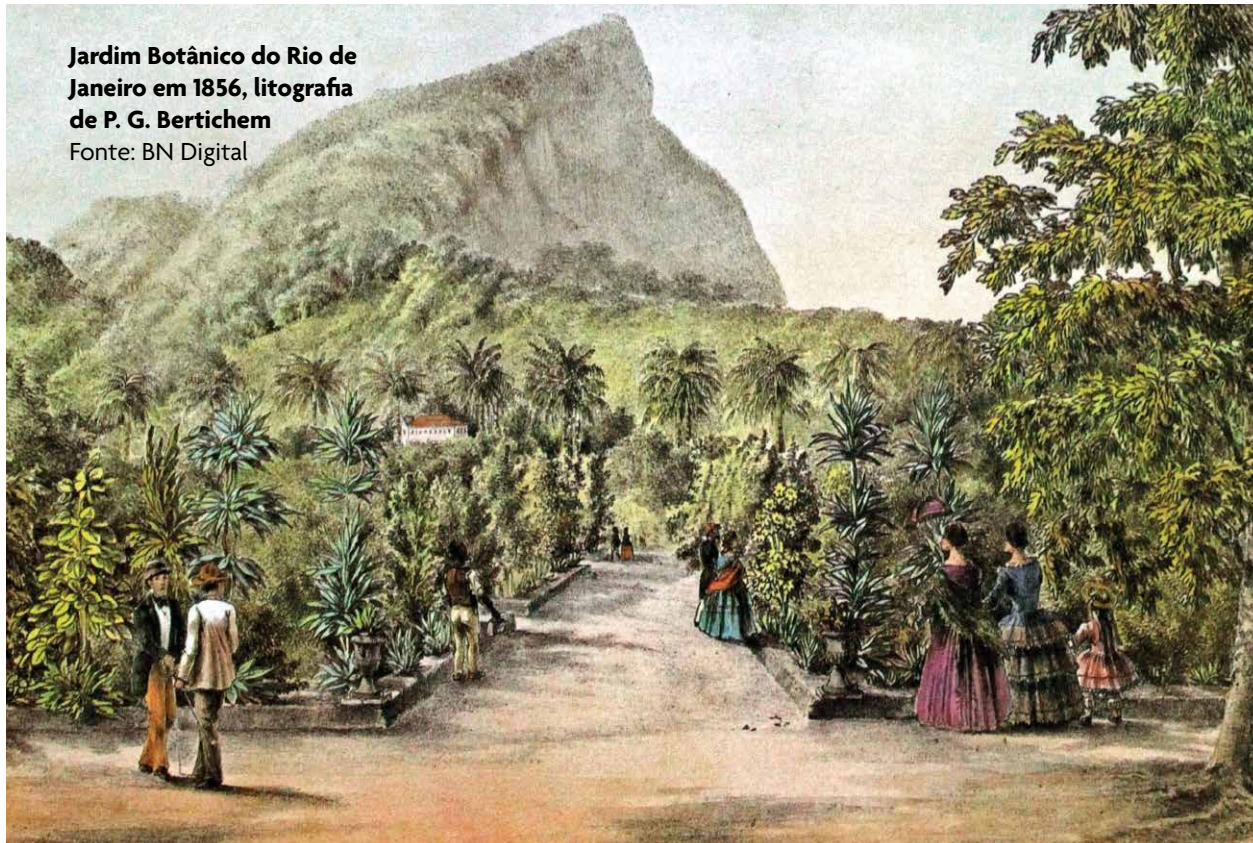
REAL BIBLIOTECA, REAL HORTO E MUSEU REAL

Pode-se afirmar que dentre os principais equipamentos culturais e de lazer da cidade do Rio de Janeiro na atualidade figuram três que foram criados durante a permanência de Dom João VI no Brasil, a saber: a Real Biblioteca (instalada em 1810 e que atualmente denomina-se Fundação Biblioteca Nacional), o Real Horto (oficialmente criado em 1811, cuja denominação atual é Jardim Botânico do Rio de Janeiro) e o Museu Real (atual Museu Nacional, criado em 1818).

A Real Biblioteca, instalada no Rio de Janeiro, compunha-se originalmente de um vasto acervo trazido ao Brasil em etapas. A primeira de-

Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1856, litografia de P. G. Bertichem

Fonte: BN Digital



las quando da transmigração e as demais obras trazidas nos anos de 1810 e 1811. Até 1814 o acesso às obras se dava por meio de consentimento régio, mas a partir daquele ano, quando a organização do acervo foi finalizada, o acesso foi franqueado ao público. No decurso dos anos o acervo da Real Biblioteca sofreu acréscimos por meio de aquisições, assim como em decorrência do gradativo aumento de oficinas tipográficas no Brasil e consequente publicação de obras em terras brasileiras.

Já o Real Horto insere-se em um amplo contexto de crescimento dos estudos de botânica na Europa, potencializado no século 18 com a difusão dos estudos de Carl Lineu relacionados à taxonomia. Ao mesmo tempo, a intensa exploração de territórios pelo globo desde as grandes navegações fez surgir por toda a Europa jardins botânicos e jardins de aclimação onde eram cultivadas e estudadas espécimes das mais variadas floras advindas de outros continentes.

O Brasil, por si só era um imenso jardim a céu aberto que durante todo o século 19 foi destino de muitos naturalistas interessados em sua fauna e flora. Contudo, quando da chegada do Príncipe Regente, carecia de um espaço institucionalizado para estudos botânicos. Assim, o atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi originalmente um jardim de aclimação estabelecido ainda em 1808 e tendo recebido plantas oriundas das Índias Orientais. Em 1º de março de 1811 o jardim de aclimação foi oficialmente transformado em Real Horto por meio de decreto régio, tendo recebido nos anos seguintes mudas de diversos recantos do mundo, inclusive do Extremo Oriente. Sua abertura à visitação pública se daria somente após a Independência do Brasil, já com a denominação de Imperial Jardim Botânico.

Estando já o Brasil na condição de Reino Unido e Dom João coroado rei, foi a vez da criação do Museu Real no ano de 1818. Sua criação se deu no sentido de promover a arte e as ciências no Brasil tendo por foco inicial estudos nas áreas de botânica e zoologia. Originalmente, o Museu Real foi instalado no Campo de Santana, tendo sido transferido para o Palácio de São Cristóvão na Quinta da Boa Vista (antiga morada do rei luso e dos dois imperadores brasileiros) apenas em 1892.

A MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA E A ESCOLA REAL DE CIÊNCIAS, ARTES E OFÍCIOS

Anos antes, em 1816, conforme já citado, deu-se a chegada ao Brasil da famosa Missão

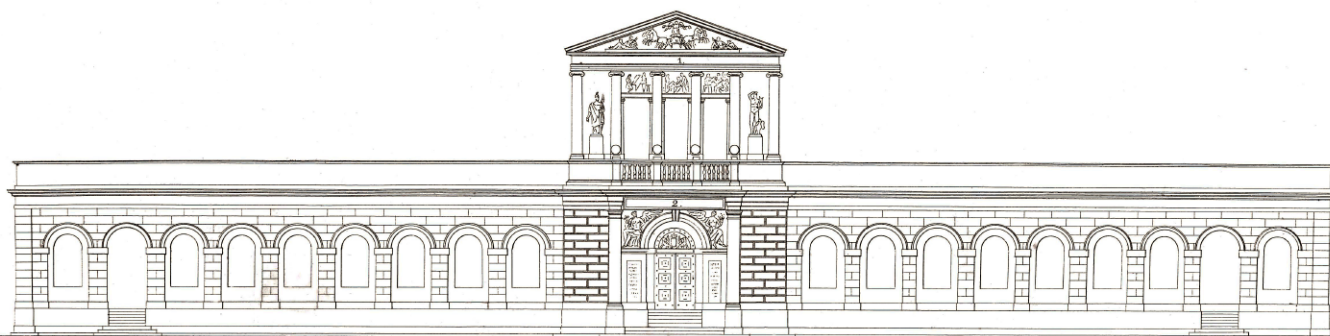
Artística Francesa. Possivelmente fruto da iniciativa dos próprios artistas e artífices franceses que se encontravam em dificuldades na França após a restauração Bourbon, e contando com o apoio de alguns particulares portugueses, os primeiros membros da Missão chegariam ao Rio de Janeiro em 26 de março de 1816, tendo recebido uma boa acolhida do governo de D. João que os contratou para vários trabalhos encomendados bem como para exercerem a função de professores.

Faziam parte da missão artística: Joachim Lebreton (intelectual francês e líder da iniciativa), Pierre Dillon (secretário de Lebreton), Jean-Baptiste Debret (pintor), Nicolas-Antoine Taunay (pintor), Felix Taunay (filho e aprendiz de Nicolas), Auguste-Marie Taunay (escultor, irmão de Nicolas), François Bonrepos (auxiliar de Auguste Taunay), Auguste-Henri-Victor Grandjean Montigny (arquiteto), Charles de Lavasseur (assistente de Montigny), Louis-Symphorien Meunié (assistente de Montigny), Charles-Simon Pradier (gravador), François Ovide (mecânico e engenheiro), Jean-Baptiste Level (ferreiro), Nicolas Magliot Enou (serralheiro), Louis-Joseph Roy (carpinteiro), Hyppolite Roy (carpinteiro, filho de Louis-Joseph), Pelite (peleteiro), Fabre (peleteiro), Sigismund von Neukomm (músico austríaco), Marc Ferrez (escultor) e Zéphyrin Ferrez (gravador de medalhas, irmão de Marc). Muitos destes franceses trouxeram familiares e empregados ao Brasil e não mais regressaram à França.

A presença dos artistas e artífices franceses no Brasil contribuiu para a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios em 12 de



Selos lançados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no ano de 2016, em alusão ao bicentenário da chegada da Missão Artística Francesa ao Brasil



Desenho da fachada da Academia Imperial de Belas Artes, de autoria de Jean-Baptiste Debret

agosto de 1816, a qual posteriormente denominar-se-ia Academia Imperial de Belas Artes e que hoje é a Escola de Belas Artes vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Inicialmente, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios contaria com alguns dos membros da Missão Artística Francesa em seu corpo docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da Corte no Brasil durante mais de uma década modificou significativamente os rumos históricos de Brasil e Portugal. Para além das transformações políticas e econômicas claramente perceptíveis quando do estudo desse período, ainda mais quando se vislumbra o processo de Independência do Brasil que teve impulso com a transmigração, não se pode perder de vista as intensas modificações no cotidiano cultural, em especial, da cidade do Rio de Janeiro, a partir do ano de 1808. A tacanha cidade sem ares ou aspirações à vida cortesã tornou-se, do dia para a noite, sede do Império colonial português que se estendia por África e Ásia, tendo de adaptar-se e transformar-se minimamente com mimetizações de uma capital europeia, dentro das proporções cabíveis.

Foi então que o aveludado “manto real”, apesar do uso ostensivo do “chicote do feitor” nas relações sociais, provocou uma reviravolta na América portuguesa, dando-lhe, nas palavras de Ferdinand Denis, “um aspecto completamente diferente do que na época em que era apenas uma colônia”. ■

NOTAS

- (1) DENIS, Jean-Ferdinand. *Résumé de l'Histoire du Brésil*. Bruxelles : Lib.-Imp. de la Cour, 1827. p. 156. Tradução Livre.
- (2) De autoria de I. A. Marques, tal obra traz diversos aspectos alegóricos importantes, dentre os quais, o busto do Príncipe Regente em destaque ladeado pela Justiça e pela Providência, à sua frente a representação da guerra e do tempo. Acima o Livro da sabedoria se sobressai de um céu turvo iluminando o Regente e os navios. Abaixo há a seguinte legenda: “Os fados respondem por Espadas de Luz, às Virtudes que as imprecão foragidas, e afflitas. A fortuna de Napoleão tem o limite marcado no momento em que hum Principe se decide a atravessar o Oceano para no Império de Brazil malograr o ultimo disgnio do systema destruidor. A Gloria coroa este Principe e a Gratidão assignala o seu Heroismo”.
- (3) PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. pp. 14-15.
- (4) MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Política e cultura no governo de Dom João VI: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821)*. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2017.

REFERÊNCIAS

- DENIS, Jean-Ferdinand. *Résumé de l'Histoire du Brésil*. Bruxelles : Lib.-Imp. de la Cour, 1827.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Tradução de Ana Maria Alves. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Política e cultura no governo de Dom João VI: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821)*. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2017.
- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

* Capitão-Tenente (T), Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas. Professor de História Naval na Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará.